

PERÍCIA PSICOLÓGICA EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

SOUZA, F. L.; GARCIA, T.

RESUMO

O presente trabalho apresenta a importância e as ferramentas utilizadas por psicólogos no trabalho de perícia psicológica em casos de violência sexual infantil, bem como os passos percorridos durante esse processo e as dificuldades encontradas no trajeto. Além disso, é mencionado um breve histórico da perícia psicológica, da criança que está inserida em um contexto violento e ainda o caminho percorrido para que se chegue até o laudo, esse que pode apresentar informações importantes e, em alguns casos, determinantes para a conclusão do processo.

Palavras-chaves: Perícia Psicológica. Violência Infantil. Laudo Psicológico.

ABSTRACT

The present work presents the importance and tools used by psychologists in the psychological expertise work in cases of child sexual violence, as well as the steps taken during this process and the difficulties encountered along the way. In addition, a brief history of psychological expertise is mentioned, involving children who are in a violent context, and also the path taken to reach the report, which may provide important information and, in some cases, be decisive for the conclusion of the process.

Keywords: Psychological Forensic Evaluation. Child Abuse. Psychological Report.

INTRODUÇÃO

De acordo com as necessidades e questionamentos judiciais em torno de um contexto de violência sexual infantil, entra em cena a perícia psicológica, que se apresenta com o objetivo de subsidiar e colher mais informações que possam contribuir com o processo criminal, como é comum que em casos de violência sexual a revelação venham tardiamente, é de suma importância que um profissional qualificado realize a avaliação, buscando levantar dados utilizando de ferramentas alternativas

para que se possa serrar possíveis dúvidas que possam ter aparecido para equipe atuante no processo.

O psicólogo tem a função de avaliar as condições emocionais, intelectuais, psíquicas e do desenvolvimento que envolvem o contexto que o indivíduo está inserido, com os olhos voltados a proteção integral das crianças e adolescentes vítimas de abuso ou que presenciaram alguma situação relacionada, além de realizar uma escuta especializada a vítima.

Quanto a elaboração dos laudos psicológicos, ele é o produto final da perícia psicológica, referente à determinada situação que vem sendo avaliada, sendo assim, esse documento deve ser redigido de maneira clara e o mais descritiva possível, analisando não só o indivíduo mas também as suas contingências, sem que seja sugerido medidas ou sentenças judiciais, utilizando de linguagem e terminologias adequadas mas que não fujam das compreensões a qualquer um que possa acessar esse material.

OBJETIVOS

Portanto, dentre os objetivos deste trabalho, primeiramente se destaca a descrição dos recursos utilizados pelos profissionais da psicologia que atuam no contexto criminal, visando apresentar as ferramentas que eles podem utilizar durante a avaliação, além disso, apresenta quais os tipos de violência com ênfase no período da infância, e ainda qual o papel desse profissional diante do juiz e como ele pode contribuir para o processo

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica em torno do trabalho realizado pelo psicólogo no contexto criminal, utilizando uma vasta coleta de dados para apresentar informações, estratégias e ferramentas utilizadas por esses profissionais. Foi realizado o levantamento de artigos, livros, leis e o código de ética do Psicólogo, partindo dos conceitos apresentados pelos autores para a realização do material. Dando ênfase nos direitos e deveres do mesmo, bem como a utilização de ferramentas que tornam o trabalho mais rico e completo, além contribuição direta para a equipe multidisciplinar envolvida no caso e dos próprios indivíduos que estão passando pelas situações que se apresentam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicologia vem acompanhada de um crescimento exponencial de reconhecimento em áreas de atuação que antes não se imaginava os profissionais atuando, o Brasil apresenta os profissionais da psicologia relacionados com questões jurídicas somente na década de 1990, e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconhece essa área somente em 2003. O psicólogo especializado nesse contexto pode atuar nas mais diversas áreas, sendo infância e juventude, vara de família, direitos do trabalho, cível e criminal, entre outros, além de apresentar capacidade de realizar avaliações psicológicas, juntamente com a elaboração de laudos que podem apresentar indicadores que tenham uma grande contribuição para o processo que esteja em andamento. (FERMANN, *et. al.*, 2017) Para que um profissional da psicologia se torne um perito, é necessário que seja realizada uma especialização, além de um vasto conhecimento tanto teórico, quanto técnico sobre o tema, devendo se posicionar de maneira imparcial e fidedigna diante das solicitações apresentadas pela justiça. (FERMANN, *et. al.*, 2017)

Quando ocorre a identificação de um possível ou abuso sexual com criança, podendo ou não ter a apresentação de marcas físicas torna-se um desafio para os profissionais atuantes na área, pois faz-se necessário muita cautela para acessar essas informações, podendo ocorrer entrevistas com a vítima e/ou seus familiares, bem como a inclusão de trabalhos de observação, faz-se necessário a utilização das mais diversas formas e ferramentas para que se levante a maior quantidade de elementos possíveis, ou seja, em todos os ambientes em que essa criança se apresenta deve ocorrer esse trabalho, estendendo-se além do ambiente familiar para à escola. A vítima pode apresentar relatos verbais e não verbais, devendo ser sempre acolhida e estar em um ambiente seguro e empático, proporcionando segurança para que possa falar sobre seu sofrimento, emoções, isentando-se de qualquer culpa que possa cercá-la, através de uma escuta especializada. (SCHAEFER, *et. al.*, 2012)

Como em muitos casos a revelação da criança ou descoberta dos atos se dá de maneira tardia, é importante que se observe as mais diversas mudanças de comportamentos apresentadas pelos mesmos, a fim de que se tome as atitudes cabíveis o mais rápido possível para que essa criança possa ser inserida em um processo que pode contribuir para a redução dos danos que esse contexto pode ter causado em sua vida, fortalecendo a importância da disseminação das informações em torno da revelação espontânea, que se dá através do relato da criança que é vítima ou presenciou a violência, além da escuta especializada, essa que é realizada por um órgão competente, promovendo acompanhamento e proteção social à essas vítimas junto a equipe multidisciplinar responsável. (BRASIL, 2017)

Assim que a solicitação da avaliação psicológica é feita, é necessário que seja redigido um laudo psicológico que é o documento que vai pautar as informações trazidas pelo profissional, no contexto criminal, esse laudo é utilizado como meio de evidências e até mesmo provas que podem contribuir para a deliberação do juiz, esse material deve ser realizado com uma linguagem clara e objetiva, respondendo os quesitos solicitados pelo processo, podendo apresentar informações que sirvam diretamente para alguma conclusão ou somente apresentar tendências ou indícios, de qualquer forma, o profissional da psicologia não apresenta um papel de julgamento, e sim o juiz e os responsáveis da área de segurança, sendo o psicólogo responsável pelo levantamento de dados e apresentação das informações colhidas. (JUNG, 2014)

CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou as diversas ferramentas utilizadas pelo profissional da psicologia no contexto criminal, bem como a sua importância no processo quando envolve abusos de crianças. Conclui-se então que esse profissional atua de forma ampla, a fim de apresentar dados que possam ou não ser utilizados pelo processo, sem tomar partido de algum dos lados ou deixar de lado sua imparcialidade e sigilo, apresentando de maneira clara, objetiva e sem expor ou constranger a criança envolvida, através de um laudo, os dados e informações que foram colhidas durante o processo desempenhado pelo mesmo, tendo um olhar especializado para as situações que ali circundam.

Sendo assim, faz-se de grande importância esse tipo de trabalho, visto que os casos são crescentes e, devem ser avaliados e tratados com muito respeito e cautela, buscando sempre a proteção integral dessas crianças e análises e acompanhamentos para que esses acontecimentos não se apresentem de maneira inadequada no decorrer da sua vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei no 13.431, de 4 de abril de 2017 , **que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.**

Conselho Nacional de Justiça. **Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense:** crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, 2020.

DANTAS, Jeanne dos Santos Oliveira Marques; FONTE, Valéria Alexandra de Paula; CONCEIÇÃO, Jéssica Aniceto da; SANTOS, Yule Paulino dos; SILVA, Fernanda Gonçalves. **Técnicas da Perícia Psicológica em casos suspeitos de violência**

sexual infanto-juvenil. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.8, p.76947-76963 agosto. 2021

FERMANN, Ilana Luiz; CHAMBART, Daniela Inaiá; FOSCHIERA, Laura Nichele; BORDINI, Thays Carolyna Pires Mazzini; HABIGZANG, Luísa Fernanda. **Perícias Psicológicas em Processos Judiciais Envolvendo Suspeita de Alienação Parental.** Psicologia: Ciência e Profissão Jan/Mar. 2017 v. 37 n°1, 35-47.

GUZZO, Ana Cristina Álvares; CABRAL, Antônio Carlos; SILVA, Clóvis José Vieira; REIS, Daniela Castro; FONSECA, Eugênia Sandra Pereira ; RUFFEIL, Ildélia Soares; PINHEIRO, Janaína Ali ; MARTINS, Luiz Guilherme N. ; SILVA, Márcia Monteiro; GARCIA, Maria Lúcia; BRITO, Regina Hilda Ferreira ; VIANNA, Rita de Cássia de Sousa. **Protocolo de Atenção Integral a crianças e adolescentes vítimas de violência uma abordagem interdisciplinar na Saúde.** Belém-Pará, 2010.

JUNG, Flávia Hermann. **Avaliação Psicológica Pericial: Áreas e Instrumentos.** Revista Especialize On-line IPOG - Goiânia – Edição Especial no 008 Vol.01/2014 set/2014

MARTINS, Larissa Cristina; GOMES, Quele de Souza. **Insanidade Mental e Crimes contra pessoas: como se realiza a perícia psicológica?** Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. 2019.

PAES, Tatiana de Oliveira; CAMILÉRIO, Suellen Cristina Zampronio; TANIZAKA, Hugo; PIROZZI, Caroline de Oliveira; JUNIOR, Armando Rocha. **A interface entre a psicologia e o direito nas varas da infância e juventude.** V.9, n.1, São paulo, 2019

Resolução CFP N.º 006/2019. **Orientações sobre elaboração de documentos produzidos pela(o) Psicóloga(o) no exercício profissional.** São Paulo: Casa do Psicólogo/CFP, 2000. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.

SILVA, Marlene Alves. **Laudos Psicológicos: como fazer?** Boletim de Psicologia, Vol. LXVII, No 145: 211-213. Vetor Editora. 82 p, 2016.

SCHAEFER, Luiziana Souto; ROSSETTO, Silvana; KRISTENSEN, Christian Haag. **Perícia Psicológica no Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.** Psicologia: Teoria e Pesquisa Abr-Jun 2012, Vol. 28 n. 2, pp. 227-234